

A POLITIZAÇÃO DO ARGUMENTO EM *CINZAS DO NORTE* THE POLITIZATION THE ARGUMENT IN *NORTH ASH*

Sergio Francisco Loss Franzin¹

Resumo: Tem-se por objetivo geral demonstrar, no romance *Cinzas do Norte*, de Milton Hatoum, os principais indicadores da politização do argumento, e por objetivos específicos expor os princípios da argumentação e discutir os indicadores conforme o eixo em que se situam. O trabalho é descritivo e de cunho bibliográfico, envolvendo um estudo literário. O aporte é da análise do discurso. A argumentação, em geral, é desenvolvida por meio de vários princípios, quase sempre condicionados às conveniências focadas em vantagens pessoais. Eles podem ocorrer por meio de repetições mnemônicas, técnicas ou históricas. Legitimações de poder e tentativas de persuasão são seus principais objetivos, tendo-se como método recorrente a propaganda. Em *Cinzas do Norte*, há três vieses argumentativos politizados (opressão, acomodação e resistência), que repetem algumas fórmulas relativas aos dramas vividos por sujeitos deslocados em busca de um novo lugar, o seu lugar (pressuposto). Dentre eles, destaca-se a resistência.

Palavras-chaves: Discurso. Politização. Opressão. Acomodação. Resistência.

Abstract: Has the general objective of demonstrating the novel *North Ash*, of Milton Hatoum, the main indicators of politicization of the argument and specific objectives set out the principles of reasoning and discuss the indicators along the axis where they are located. The work is descriptive and bibliographical, involving a literary study. The contribution is the analysis of discourse. The argument is usually developed through several principles, often conditioned conveniences focused on personal gain. They can occur through repetitions mnemonic, technical or historical. Legitimation of power and persuasion attempts are its main objectives, taking as recurrent method propaganda. In *North Ash*, there are three biases argumentative politicized (oppression, accommodation and resistance), which repeat some formulas relating to the tragedies experienced by displaced individuals in search of a new place, your place (assumption). Among them, there is resistance.

Keywords: Discourse. Politicization. Oppression. Accommodation. Resistance.

1. Introdução

Nenhum argumento conceitual ou instrutivo é apresentado sem uma essência de ideologia e politização, as quais conscientes ou não. Afinal, o discurso é uma forma de veiculação do que se constrói historicamente no interdiscurso entre as pessoas. Seu poder de transformação e campo de

¹ Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Rondônia, em Porto Velho, na função de Diretor de Desenvolvimento do Ensino. Mestre em Letras. E-mail: sergio.loss@ifro.edu.br.

abrangência se delimitam conforme o teor que o constitui e o método de exposição apresentado. Argumentar é uma arte que pode levar a várias consequências ou benefícios, conforme o zelo ou dolo, a má fé ou a solidariedade, o egoísmo ou o comprometimento, a razão ou a emoção, e tantos outros aspectos de pretensão adicionados ao discurso para potencializar o argumento. Tanto veneno quanto antídoto, sua verve às vezes toma as dores do mundo ou os desejos mais ambiciosos.

Muitas pessoas dizem odiar política, geralmente não se dando conta de que esta já é uma posição ideológica reveladora de princípios reguladores da vida. Assim, na afirmação ou na negação, sempre existe a perspectiva de uma politização do argumento, possível em três modalidades: o da opressão, que hierarquiza os homens e os diferencia geralmente pelos índices de poder, *status* e capital (quase sempre inter-relacionados); o do comodismo, reacionário às vezes, manifestado em favor da manutenção de um estado de coisas que se sugere ser o único possível para garantir a subsistência; e o da resistência ou revolução, que pode chegar até ao anarquismo, como negação ao que a opressão imprime sobre um sujeito ou grupo de sujeitos.

Esses tipos de argumentos não são facilmente distinguíveis sempre, pois se operam por intencionalidades várias, com estratégias que podem ser perversas, no sentido de se deslocarem no discurso por meio da falsidade ideológica e outras artimanhas de um “jogo de esconder/mostrar”. Exemplo bem claro disso é a maioria das propagandas políticas governamentais. Quando se compara, por exemplo, uma proposta de aumento de salário com a pior remuneração recebida num mesmo segmento, para justificar benefícios, o que se tem não é uma demonstração de superação, mas apenas uma vantagem parcial, visto que salário maior não significa salário bom. Não é este o enfoque deste artigo, mas o exemplo é pertinente para a

demonstração de que a politização de um argumento nem sempre é clara ou simples.

A discussão aqui proposta se concentrará sobre uma politização como viés de condução para a vida, nos três eixos: da opressão, do comodismo e da resistência, tendo-se como base de análise o romance *Cinzas do Norte*, de Milton Hatoum (2005). É comum nas obras do autor um embate entre senso comum e senso revolucionário, que dão intensidade ao enredo e traçado marcante a determinadas personagens, que parecem se repetir em todas as obras, como se todas constituíssem um conjunto episódico.

Hatoum complementa um grupo de autores que investem na estética da ruptura, tanto em termos de estilística, quanto em termos de argumentação, por meio de contradiscursos que põem em xeque ideologias várias, bem como condenam “propagandas” de dominação.

Tem-se por objetivo geral demonstrar, de *Cinzas do Norte*, os principais indicadores da politização do argumento, e por objetivos específicos expor os princípios da argumentação e discutir os indicadores conforme o eixo em que se situam. O trabalho é descritivo e de cunho bibliográfico, envolvendo um estudo literário. O aporte é da análise do discurso.

2 Princípios Da Argumentação

Sem maiores pretensões do que a coleta de subsídios demarcadores das formas de composição e condução de discursos, serão expostos alguns dos princípios conceituais justificadores de certas ideologias. Um exemplo é o da exterioridade. Segundo Orlandi (1998, p. 77-8),

o discurso se constitui assim nessa instância dos já ditos ou dos dizeres possíveis que é garantia da formulação do dizer. É este jogo entre formulação e constituição que produz o efeito de exterioridade, do sentido-lá. Paralelamente, esse jogo torna possível a relação entre o *real* e a *realidade*, sendo o real função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/linguagem/mundo).

A exterioridade é o que revela a intertextualidade. Assim posta por Orlandi (1998), percebe-se que existem sentidos comuns não percebidos pelos sujeitos, ou ignorados, ou ainda percebidos, inconscientemente, como se fossem uma autoria que alimenta presunções de legitimidade; mas pode-se pensar também no uso das intertextualidades/exterioridades como sendo discursos expressos conscientemente como originais, embora quem o diga saiba de forma tanto perversa quanto sã que se trata de mera reprodução ideológica, sejam em paráfrases ou plágios. Mas plágios pouco importam na politização dos argumentos cotidianos, exceto quando se trata de obra de publicação; na expressão costumeira, principalmente oral, os discursos politizados tendem a se repetir tanto mais quanto maiores as intencionalidades a serem cumpridas por sua simples razão de existir. As repetições discursivas são apresentadas por Orlandi (2001, p. 54) como sendo de três formas:

- a. a repetição empírica (mnemônica) que é a do efeito papagaio, só repete;
- b. a repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo;
- c. a repetição histórica, que é a que se desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha,

atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

Em seguida, a mesma autora (2001, p. 80) complementa: “Desse modo é que temos dito que a historicidade deve ser compreendida em análise de discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem.” Dizer o mesmo é uma forma de acomodação na sociedade. O discurso de acomodação é dúbio. Por exemplo, quando veicula uma forma de opressão, esta se opera para a repetição de ideologias históricas, seja pela falta de consciência da necessidade de mudanças, seja pelo interesse de conduzir um discurso que tenha por princípio consciente conquistar ou manter a dominação. Há muito de efeito papagaio nos discursos da grande massa, e de repetição formal na fala dos líderes. Tais repetições se historicizam há muito tempo e assumem novas feições: basta criar uma ponte entre os vários príncipes existentes, começando, para não ir muito longe, pelo de Maquiavel. Reafirme-se, porém, que em termos de politização do argumento, o campo da política governamental é apenas um escopo dentre vários. Entretanto, não se pode negar o quão prolífico ele é para o caso. Majone (1997, p. 10), num livro sobre formulação de políticas públicas, demonstra as habilidades que um analista deve ter: “[...] las de definir un problema desde diversos puntos de vista, elaborar un argumento a partir de muchas fuentes diferentes, adaptar el argumento al auditorio y educar a la opinión pública.”

A educação da opinião pública corresponde a um princípio da argumentação de valor também bifurcado, pois pode transcender para o bem ou para o mal. O problema deve ser levado para grupos maiores ou menores, pois em todos os âmbitos há opiniões gerais e específicas a serem formadas — tendo-se a escola como ambiente excepcional para a representação. Afinal, é nela que grande parte das ideologias se constroem, destroem ou

tomam maior vulto. Por si mesma, a argumentação não pode pagar pelos males de seus efeitos. Majone (1997, p. 36) mostra as condições em que ela “seria” perfeita:

La argumentación es el proceso fundamental que siguen los ciudadanos y los gobernantes para llegar a juicios morales y a la elección de políticas. La discusión pública moviliza el conocimiento, la experiencia y el interés de muchas personas que centran su atención e nun número limitado de problemas. Cada uno de los participantes se siente alentado para ajustar su visión de la realidad, e incluso para cambiar sus valores, como resultado del proceso de la persuasión recíproca. En esta forma, la discusión puede producir resultados que están más allá de los métodos autoritarios o tecnocráticos de elaboración de políticas.

Essa “utilidade” da argumentação consiste numa forma de ideologia positiva dentro de um processo democrático de governabilidade ou de convivência grupal, pois é inegável a importância da participação de todos na construção dos argumentos que se tornam basilares nos processos de condução da vida. Todavia, mesmo essa faceta positiva pode ser deturpada, quando os argumentos são lançados ao público para um referendo e não para a avaliação de que resultem propostas de alteração. Esse referendo pode ser forjado por meio de mecanismos como o da intimidação.

É importante pensar também, por outro lado, nos rompimentos de discursos, seja na forma de uma negação simples ou de um contradiscurso. De acordo com Maingueneau (1993, p. 111),

não é suficiente identificar diversas formas de rompimento do tecido de uma formação discursiva, pois é também em um nível **constitutivo** que esta se relaciona com o interdiscurso. Não se trata, contudo, de absorver os discursos em algum interdiscurso indiferenciado, mas de avançar na reflexão sobre a *identidade* discursiva.

Nem sempre a identidade do sujeito está marcada naquilo que ele diz, seja porque diz inconscientemente, porque diz equivocadamente ou porque o faz perversamente pela arbitrariedade. Segundo Orlandi (1998, p. 78), “[...] a argumentação é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas.” Essas posições não são fixas nem facilmente identificáveis, mas precisam ser percebidas para uma melhor compreensão do argumento. Isso tem a ver com o que Maingueneau diz a respeito da relação entre texto e autor (2006) ou entre um sujeito e outro do interdiscurso (1993), com menção à noção de arquitextualidade e hipertextualidade de Gérard Genette e ao dialogismo do círculo bakhtiniano. Segundo Maingueneau (2006, p. 64), “[...] é preciso elaborar um dispositivo em que a atividade enunciativa integre um modo de dizer, um modo de circulação de enunciados e um certo tipo de relacionamento entre os homens.” Isso vale tanto para a análise textual quanto para a própria construção do argumento a ser analisado.

Para bem penetrar o argumento e melhor desvendá-lo, é importante conhecer sua estrutura: “[...] será por lo general una mezcla compleja de enunciados fácticos, interpretaciones, opiniones y evaluaciones”, descreve Majone (1997, p. 103). Todavia, não basta destacar seus aspectos estruturais ou agrupáveis; continuam sendo cruciais seus princípios, bastante complexos por serem permeáveis, diluídos no discurso às vezes, como é o caso das intenções. Seus reflexos no texto nem sempre são imediatos e visíveis ou estão no nível superficial da linguagem. Daí a importância de se considerar o momento da formulação dos argumentos. Ela pode sofrer a pressão de uma série de interferências, que tanto geram condicionamentos (um dizer forçado), quanto argumentos de persuasão (um dizer altamente manipulado e manipulável, carregado de intenções específicas, para além

daquelas próprias das funções da linguagem). Explica Orlandi (1998, p. 78-9) que as intenções

já foram determinadas no nível da constituição do discurso em que as posições do sujeito já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. As intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem no entanto sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido.

A relação entre as posições do sujeito e o dizer pode ser contraditória, mas isso não é um fato absoluto, tampouco corresponde à maioria das ocorrências. Há muitos falseamentos verificáveis. Nas organizações, a presença do chefe ou subordinado que se diz “camarada”, com presentes ou cumprimentos carregados de ânimos, talvez esteja desenvolvendo uma forma de controle a partir da afetividade; enquanto isso, o comedimento do outro seria uma forma de resistência e não de limitação. O autor do discurso é a pessoa que melhor diria se, no compromisso com a verdade, sua posição mudou ou não antes, durante ou depois da formulação do discurso. Afinal, posição (ideológica) não é algo que se muda com facilidade.

O contexto da formulação do argumento, então, é tão importante quanto o contexto da sua exposição. Da mesma forma que a ação prévia de formulação do argumento pode ser condicionada, a reformulação que se põe na iminência do discurso, a custo de segundos, também se condiciona, e daí advêm os efeitos papagaio ou os resultados das técnicas de ajustamento e persuasão. O sujeito argumentador há de compreender o que lhe é mais cabível dizer em função das conveniências que abarcam o discurso. De

acordo com Orlandi (1998, p. 78-9), “[...] os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados. Eles também derivam das relações entre discursos e têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações.” Os discursos, portanto, são produtos de encadeamentos textuais, muito mais em rede hoje do que em corrente, como nos tempos remotos. O próprio sujeito é um ser interligado, subordinado, hipersemantizado num jogo de esconde-e-mostra que se realiza diante das câmeras cotidianas.

O grande fato é que as palavras têm um poder de duplo alcance, seja para edificar, seja para desmoralizar ou desestruturar. A má escolha leva ao risco de perdas e danos, muitas vezes irrecuperáveis, intencionais ou não. Por isso, mesmo com a intenção negativa, existe uma politização do argumento aplicada no sentido de garantir um certo prestígio social ou grupal ao argumentador. Essa politização tanto pode ser condicionada pelos elementos externos ao sujeito quanto pode ser produto elaborado com elementos manipulados do contexto, no sentido de se buscar, não raro, a persuasão. A propaganda política é um bom exemplo, assim como a administração pública, dentro de uma enorme gama de situações em que o argumento politizado procura operar o “milagre” do convencimento dentro da angústia particular ou geral da dúvida.

Um dos elementos mais importantes da argumentação é a ideologia. Ela escoará dentro do discurso, por meio do vetor que Rocha (2003, p. 86) diz haver na linguagem que compõe o argumento. Ideologia não se separa de política (esta no seu sentido lato). E política não se separa de argumentação, porque toda argumentação é uma forma de defesa. Segundo Rocha (2003, p. 90),

a política encontra-se necessariamente implicada no jogo do contraditório ao limite da **argumentação** porque torna-se parâmetro de valores de conceituação ampla como a liberdade, a democracia, o próprio contingenciamento de uma defesa de valores. Essa “possibilidade às claras”, no entanto, pode ser disfarçada, mas não pode deixar de **ser**, advindo daí o seu caráter de obrigatoriedade política.

Não haveria necessidade de argumentos se os questionamentos fossem nulos, antes ou após a argumentação. Portanto, há sempre um jogo em que, segundo Foucault, citado por Rocha (2003, p. 85), “não existe sujeito neutro”, pois “somos necessariamente o adversário de alguém”. Os embates são previsíveis e veiculam a ideologia das massas (considerando-se o princípio metodológico das generalizações). De acordo com Fiorin (2007), o discurso traz manipulações conscientes e determinações também conscientes ou não, visto que a ideologia se passa no lastro da materialização histórica, sobreposta pelo senso comum ou redistribuída pelas intenções e técnicas de representação ou redistribuição. Para o mesmo autor (2007, p. 28), a ideologia é o nome que se dá “[...] a esse conjunto de idéias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. A ideologia é também um motor de condução dos processos de elaboração do argumento e da disseminação no dizer, seja de verdades ou mentiras, propriedades ou impropriedades. Erros e acertos, enganos e desenganos vão se desencadeando, mas numa análise friamente calculista do que seja ideologia isso pouco importa; importará muito quando se fizerem as análises específicas das condições de subsistência do sujeito em face de sua ideologia — esta forma tão parasitária quando hospedeira de princípios num universo de configuração discursiva.

3 Tríade Argumentativa

Cinzas do Norte, de Milton Hatoum (2005), trabalha o argumento com uma politização exacerbada, chegando-se mesmo a ir a dois extremos em oposição. Com seus três vieses argumentativos politizados (opressão, acomodação e resistência/anarquismo), repete algumas fórmulas relativas aos dramas vividos por sujeitos deslocados em busca de um novo lugar, o seu lugar (pressuposto).

O romance cria um percurso discursivo cuja dramaticidade se constitui pela negação das ideologias opressoras. Raimundo (Mundo) é o filho Bastardo de Alcía, amante de Ranulfo, mas nascido de uma relação única e casual com um artista plástico, Arana, cuja ética e atributos de criatividade são questionáveis; Mundo sofre a opressão do suposto pai, Trajano (Jano), um português comerciante que quer transformar o “filho” em um profissional militar, a todo custo. A história é narrada em dois planos paralelos: por meio de Olavo (Lavo), sobrinho órfão de Ranulfo (tio Ran), que admite uma penetração intensiva de vários outros narradores em seu discurso, especialmente Mundo; e através de uma carta escrita por Ranulfo, em que revela sua relação com Alcía e o verdadeiro pai de Mundo.

Emerge da obra, de forma provocativa, a politização do argumento, que se dispersa nos principais momentos da narrativa, às vezes estilhaçando concepções tradicionais e ideologias antigas, referentes às formas de controle do Estado reproduzidas nos aparelhos ideológicos, especialmente as famílias. O propósito se revela desde as duas primeiras páginas de apresentação, sintetizado nessa expressão disposta em um cartão-postal de Mundo a Lavo: “Ou a obediência estúpida, ou a revolta” (p. 10). Toda a obra é a saga de uma personagem deslocada, num regime de controle dos tempos da Ditadura Militar, em Manaus, cujo discurso de resistência não se

opera apenas no plano verbal, pois Mundo se vale também de desenhos para sua expressão revolucionária. Como exemplo, “um barquinho torto e esquisito no meio de um mar escuro que podia ser o rio Negro ou o Amazonas” (p. 12).

a) A argumentação opressora

Uma das principais formas da argumentação opressora é a força bruta. Mundo a sofreu especialmente do pai e dos militares, e não se furtou de fazer todas as denúncias, tanto as de opressão quanto as de corrupção. Outra forma aviltante de relacionamento consiste na desqualificação do outro para legitimar valores ou conceitos pessoais. Mundo tinha o propósito de se dedicar à arte, que o “pai” negava ao mesmo tempo que negava o “filho”: “Arte... quem ele pensa que é?” (p. 22). Bastaram poucas palavras para se operar a opressão. O questionamento revela o senso comum de que existem pessoas premeditadas para cada ato, cujas escolhas não podem depender primeiro das vontades próprias, e sim da vontade dos dominadores (patriarcas, governos, líderes).

O desejo de controle é alimentado constantemente: “Nenhum livro de matemática nas estantes. Só arte, poesia... Pior ainda: nenhuma fotografia de mulher, a não ser a da mãe. Meu filho não pode continuar assim” (p. 33). Veicula-se a crença só no sistema tradicional de investimentos nas áreas clássicas de formação e na ostentação comum de comportamentos que revelariam uma identidade, pondo em xeque agora os interesses ou desinteresses pessoais.

O princípio da desqualificação avança na obra, e este é outro exemplo, extraído da fala de Jano: “Uma grande vocação artística não depende apenas de uma escolha. Além disso, Mundo pensa que a revolta é

uma façanha” (p. 87). Eis uma tentativa até mesmo de ridicularização, como se a resistência fosse uma bobagem. A argumentação do opressor, para se justificar no meio social, reveste-se de uma politização que procura se legitimar por valores tradicionais, como o da ética: “Por isso vai estudar no Colégio Militar. Mais pela formação moral, pelo caráter, do que pela qualidade do ensino” (p. 117). Há um jogo de afirmação e negação em que apenas um jogador detém o controle e quer instituir normas e perfis. “‘Tua opinião não vale nada’, disse Jano. ‘Não vou admitir... Foste influenciado por aquele boa-vida, Arana. Tu e os artistas... uns inúteis’” (p. 120). Uma dupla negação se opera sobre o filho, a que nega a opinião e a que nega a condição de Mundo como artista.

Em certos momentos, o que politiza o argumento é a força bruta, como forma de justificar poderes e complementar aparatos de controle: “[...] o cinturão do pai atingira o pescoço de Mundo; a outra lambada açoitou seus ombros [...] ‘Meu filho vai aprender’, murmurou Jano, largando o cinturão” (p. 121). Sempre foi patente nas sociedades, especialmente durante períodos de maior repressão, o uso da violência em substituição a qualquer diálogo; trata-se de uma forma de politização por envolver comportamentos, crenças e princípios imersos em discursos de dominação ideológica. Toda forma de comportamento revela uma postura ou posição politizada em função do que a conformou. Se alguém bate é porque acha que pode e que ainda há de ser justo, legal e adequado. A Ditadura Militar brasileira dos anos 60 a 80 é uma clara demonstração desse posicionamento.

A propaganda do valor de um recomeço é recorrente nos meios sociais e, às vezes, nega completamente o passado. Eis o caso na expressão de Jano: “De agora em diante meu filho vai colecionar atos de bravura” (p. 135). E tal bravura deverá se atentar a este princípio: “Não se brinca com o

pai nem com a instituição” (p. 184), e brincar, no caso, corresponde a desobedecer.

b) A argumentação do comodismo

Quando existe o medo ou o interesse por benefícios particulares, ocorre a tendência de a politização do argumento levar ao discurso não mais do que reacionário. O capitalismo opera bem o sistema. Basta haver lucro em vista para que muitos adotem o senso comum e façam até sua propaganda. Disso vivia Jano, e tentava levar especialmente o “filho” consigo. A aprovação de determinado aluno relapso à custa de um suposto suborno a professores e bedéis atesta o fato. Entretanto, é o jogo de aparências que mais se destaca na obra, pois sujeito distinto é aquele que se traja de toga e quepe. A essência é secundária, importa menos, e se subordina às conveniências sociais: “Meu irmão vai pintar as paredes e arrumar a casa. Quer dizer, ele diz isso desde que a gente se mudou para cá. Quando ficar pronta, o senhor vem tomar um café”, disse ela, servil e emocionada” (p. 21). Nesta fala da irmã de Ranulfo (Ramira) dirigida a Jano, percebe-se a afetação provocada pela diferença de classe entre as pessoas. O servilismo é introjetado.

A lógica do capital atrela-se (desde há muito) com a da religião e do progresso, no sentido de se buscar uma acomodação. “Não jogo nada fora”, disse Jano. ‘A vida do meu pai está arquivada aqui. Ele veio de Portugal sem um tostão no bolso. Só coragem e vontade de ser alguém. Um homem religioso que acreditava na civilização, no progresso”” (p. 35). Soma-se agora a valorização do passado e da tradição. Em outros momentos, o passado é negado, e isso é uma prova de que o argumento é manipulado constantemente pelas intenções e circunstâncias.

As convenções sociais criam as expectativas de dever: “Olha, mana, minha vida de cigano acabou: de agora em diante vou ser um homem responsável. Um administrador!” (p. 57). Há o pressuposto de que os administradores são responsáveis, modelos de conduta, de modo que imitá-los é uma boa forma de acomodação e conseqüente convencimento.

No embate entre gente “graúda” (expressão do romance) e de classificação inferior no sistema capitalista, há privilégios diferenciados: Mundo, numa bebedeira em um iate, junto a prostitutas, “[...] não podia ter insultado os militares” (p. 68), embora tenha sido e seria torturado por eles e outros tais. Há regras de acomodação impostas, não apenas consensualizadas.

Tal como o discurso opressor, o de acomodação não raro tem como fim o controle, não somente a tentativa de adequação e ajustamento a um grupo, posição ou contexto: “Aliás, nem parecia ouvi-lo dizer que a nossa região era maravilhosa, a natureza era pródiga e monumental, e só agora, com os militares, é que o Brasil estava descobrindo e protegendo aquela riqueza infinita” (p. 119). Essa expressão de um dos homens do círculo de Jano, Albino Palha, é a ideologia perversa apresentada por meio da propaganda. Tem o fim de implantar um discurso munido de argumentos que se pretendem cativantes e deflagradores de senso comum.

c) A argumentação da resistência

A resistência se opera por meio da afirmação ou negação, da voz ou do silêncio, com forças associadas ou não. Basta que haja uma reação de defesa da própria condição para se iniciar ou estabelecer, mesmo que provisória, uma resistência. É por meio dela que os povos amazônicos, por

exemplo, não sucumbiram às forças europeias, embora muitas sequelas da opressão permaneçam.

O argumento da resistência deve ser politizado por princípios que envolvam o respeito às diferenças, a alteridade, a tolerância, o direito à cidadania e à autonomia relativa. Em *Cinzas do norte*, é este o argumento mais pujante, principalmente pela voz de Mundo, Lavo e Ranulfo — em vista da densidade, intensidade e volume dos discursos do tipo. Lavo, inclusive, é uma espécie de versão mais tímida de Mundo, quanto à resistência, enquanto Ranulfo é o tipo despojado que usa a resistência muito mais por ser inconsequente do que por ter uma ideologia — a de Mundo, a liberdade de ser artista; a de Lavo, sobreviver com dignidade.

A narrativa enfoca um tempo e um espaço bastante críticos da história política brasileira: o período da Ditadura Militar. A resistência era um risco, mas os exemplos dela e do tipo anárquico ou extremamente controvertido são vários.

As regras disciplinares o transtornavam; mesmo assim, o desleixo da farda e do corpo crescia, enraivecendo os bedéis: cabelo despenteado, rosto sonolento, mãos sujas de tinta; a insígnia dourada inclinada na gravata, o nó frouxo no colarinho, ombreiras desabotoadas. Ele usava uma meia de cada cor, arregaçava as mangas, não polia a fivela do cinturão (p. 14).

Havia uma forte intenção nesse “discurso” de resistência: provocar. Mundo precisaria ser expulso, mesmo sob o risco de sofrer represálias violentas, para poder ser ele mesmo, buscar o caminho idealizado, que ele tentava traçar dentro do Colégio Militar por meio de caricaturas dos seus opressores ou esboços de suas expectativas políticas.

Não era apenas Mundo quem deveria resistir à opressão. O capital aparece como provocação, mas corromper-se seria um desabono moral. Jano

busca em Lavo uma estratégia de controle do filho, pois um amigo poderia convencer o outro em relação a determinados interesses:

Ficou à espera de uma palavra ou gesto de assentimento, sem pensar na minha humilhação ou vergonha. [...] O homem me oferecendo com a mão direita um envelope cheio de dinheiro, como se quisesse compartilhar comigo o fogo do inferno moral, que era só dele. Até os olhos amarelos de Fogo [o cachorro de Jano] me acuavam. Senti-me diminuído, atordoado, perante aquele pai que não era o meu. [...] Nunca falei a Mundo dessa oferta generosa e infame (p. 37).

Inferno moral e oferta infame: eis as duas expressões que motivaram a resistência de Lavo. A não oferta do capital assegurou-lhe identidade e dignidade, inabaláveis ao longo de toda a narrativa. O mesmo se observou em Mundo, que em nenhum momento sucumbiu, seja ao capital ou qualquer forma de acomodação possível. Afinal “[...] a mistura de riqueza material e correção moral [que] fazia de Jano um ser perfeito” (p. 38-9), assim dito por Ramira, era uma falácia e não atraía ou motivava nem Mundo, nem Lavo. Tanto para um quanto para outro, o que mais valia, o que possuía mais força, era o gênio próprio, a natureza e a liberdade. Não por acaso, Lavo relata: “Sentei de costas para a Santa Ceia e de frente para o Amazonas, onde a ilha do Espírito Santo escurecia como uma profusão de sombras” (p. 77). A resistência ao adestramento, comum por meio da religião, se afirma, e em contrapartida ocorre a comunhão com a natureza.

As denúncias também são formas de resistir, e bastante expressivas. Os jogos de conveniência não escampam à crítica: “‘Conheço juízes em todos os tribunais’, disse ele [Jano] [...] ‘Sem um pistolão é muito difícil prosperar neste país. A verdade é essa, Lavo’” (p. 88). O sistema é corrupto, e isso é comprovado várias vezes: “Tanta lei pra nada! Os militares jogaram todas as leis no inferno” (p. 173). O tempo histórico da

narrativa contribui para a intensidade das revelações. Os modos de dominação eram exercidos até dentro dos grupos que os executavam, pois reproduziam as hierarquias de opressão que se exteriorizavam e que se repetem no mundo nos sistemas de castas ou classes:

Os filhos pobres de suboficiais que servem nas fronteiras, moleques que fazem o trabalho pesado e nunca vão conseguir ingressar numa Escola Preparatória de Cadetes, muito menos numa Academia Militar, jamais serão aspirantes a oficial. No máximo um sargento, um auxiliar de instrutor do Curso de Operações na Selva (p. 174-5).

Este e tantos outros exemplos indignavam Mundo, entorpeciam Lavo. Mundo desenhava personagens e situações de forma caricaturesca justamente porque julgava os comportamentos deformados. Projetou um “campo de cruces” não por acaso, em que colocaria cruces de madeira queimada diante das casinhas do bairro Novo Eldorado, num total de 80; o “projeto” previa também queimar um tronco de seringueira e pendurar trapos pretos nos galhos dela. Seria uma tentativa de reagir contra o governo, que instalou um bairro sem infraestrutura, onde as pessoas “[...] tinham que pagar para morar mal” (p. 148). O projeto tomou vulto e transcendeu do desenho para o espaço físico do bairro, como uma representação grave de resistência.

Em toda a obra, a politização do argumento de resistência levou ao desenvolvimento de uma forma de militância.

4 Considerações Finais

Cinzas do Norte é uma obra de literatura engajada, dado o seu propósito de crítica intensiva contra a ditadura militar e a corrupção que entrava em simbiose com ela ou que transcendia e transcende todos os tipos

de governo já adotados. Os jogos de conveniência, os mascaramentos, os sistemas de opressão são problemas milenares, mas que, durante governos autoritários, tornam-se mais expressivos, em vista do subjugo maior de uns aos outros. A sustentação e o combate a tais jogos e sistemas são ênfases marcantes do romance e o fio condutor da narrativa, também permeada pelo propósito do autor de fazer a representação da Amazônia como sendo espaço singular de vivências intensivas e culturas entrelaçadas. A estratégia fundamental se dá por meio da politização do argumento.

Dentre os três tipos de argumentação, é o da resistência que mais se destaca, porque a obra é alimentada pelo contradiscurso constantemente. De todo modo, um tipo de argumentação é sempre causa ou consequência de outro, num exercício de ação e reação frequentemente nos extremos.

A argumentação opressora é politizada pela crença histórica na supremacia de uns sobre outros, atrelada inadiavelmente ao capital como única forma de sentido para a vida. A opressão se reproduz em vários espaços, e no seio familiar, onde deveria haver comunhão, ela se torna mais hostil, por negar ao outro o direito de uma identidade e de um projeto de vida próprio. A legitimação de poderes, inclusive à custa da força bruta, se dá por uma presunção de direitos que extrapola não somente o bom senso.

Os argumentos reveladores da acomodação são típicos daqueles que não querem uma vida arriscada ou que buscam tirar proveito dos sistemas corruptos ou tendenciosos de que participam ou que estão à sua vista; mas também se marcaram pelo desejo de ascendência social. Os da resistência são principalmente os que se opõem a estes e aos da opressão, no sentido de se defender a liberdade de expressão e o direito de uma identidade, seja em relação a si ou ao outro. A resistência sempre foi um marco num país colonizado, constantemente ameaçado por golpes e afetado

permanentemente pela corrupção, realizada por meio de jogos de persuasão da grande massa. Esses jogos se replicam nos aparelhos ideológicos do Estado (a família é um exemplo controverso), em que a principal cartada é o argumento; ele antecede o golpe da força bruta, acompanha-o e também o sucede. O poder do discurso é o grande trunfo dos que buscam representação. E não precisa ser verbal; o que se requer são modos de dizer, seja para edificar, seja para levar às cinzas.

Referências

- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.
- HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1993.
- _____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAJONE, Domenico. **Evidencia, argumentación y persuasión em na formulación de políticas**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1997.
- ORLANDI, Eni P. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: **Fórum linguístico**. Florianópolis, julho a dezembro de 1998.
- _____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.
- ROCHA, Júlio César Barreto Rocha. **Análise intercultural de argumentos**. Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2003. (Tese de Doutorado).